



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA  
28 DE MAIO DE 2020 - Nº 09/2020 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos vinte e oito dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, António da Conceição Moreira e Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente Intermédio de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira da Câmara Municipal de Alpiarça.-----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:-----

**Ponto 01** – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata nº 08/2020 – reunião realizada no dia 06/05/2020.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação:**-----

**Ponto 02** – Proposta – Protocolo de Cooperação entre o Município de Alpiarça e a Associação Cultural, Desportiva e de Beneficência dos Bombeiros de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:**-----

**Ponto 03** – Proposta – Prorrogação do prazo das medidas aprovadas pelo Despacho Nº 2287, aprovado na Reunião de Câmara de 17 de Abril de 2020.-----

Município de Alpiarça-----





Para Deliberação:-----

**Ponto 04 – Proposta – Medidas de Apoio à Atividade Comercial.**-----

Município de Alpiarça-----

Vereadores do Partido Socialista-----

Para Deliberação:-----

### **ABERTURA DA REUNIÃO**-----

----A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e vinte minutos, que cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que esta é a primeira reunião que se realiza após o período do estado de emergência de forma presencial, depois de se terem realizado as reuniões por videoconferência. Observou que se está agora num período em que se vai regressando paulatinamente à normalidade possível, achando-se por bem regressar às reuniões presenciais, respeitando as regras de segurança, de precaução, as distâncias e a utilização de equipamentos de proteção individual, neste caso o uso de máscara. Considerou que apesar do novo registo por videoconferência ter muitos aspetos positivos, nada substitui a presença, o contacto direto e pessoal, para a maior parte das situações, havendo necessidade de adaptação às novas circunstâncias. Sugeriu que no decurso da reunião, em termos de utilização da máscara, quem estiver a intervir possa tirar a máscara, não só por ser algo incómodo mas também por uma questão de captação do registo áudio. Desejou a todos um bom trabalho, de forma a contribuir para o regresso progressivo a situações da maior normalidade possível. Distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte e sete de Maio de dois mil e vinte, com um total de disponibilidades de 540.441,71 Euros (quinhentos e quarenta mil, quatrocentos e quarenta e um euros e setenta e um cêntimos).-----

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-O Presidente começou por prestar algumas informações, sendo a primeira relacionada com a evolução do covid 19 no concelho de Alpiarça. Informou que ainda não foi possível validar os dados à data da presente reunião mas no dia de ontem registavam-se dois casos ativos, oito





recuperados e a situação, que se lamenta, de um falecimento. Deu nota que, pelo conhecimento que tem, não houve até ao momento transmissão comunitária intra concelhia, referindo que todas as situações foram registadas a partir de focos exteriores ao concelho, normalmente em ambiente laboral, não havendo qualquer ligação entre os casos registados no concelho, a não ser numa ou outra situação em que membros de uma mesma família foram contagiados por razões óbvias de partilha do mesmo espaço. A segunda informação tem a ver com o retorno do atendimento presencial dos serviços municipais, com horários reduzidos e limitações ao nível do acesso aos edifícios, cumprindo as distâncias e os cuidados de higiene. Transmitiu que num próximo quadro se possam tomar outras medidas que vão mais além no horário de atendimento, embora até ao momento não tenha havido qualquer perturbação, sendo que tudo vai funcionando e que as pessoas cumprem com os horários estipulados. Disse ainda que quando não é possível tratar dos assuntos presencialmente, estes continuam a ser tratados por via eletrónica ou por telefone, como tem sido hábito desde o início deste processo. Registou também a participação dos serviços municipais na reabertura das aulas presenciais do décimo primeiro, décimo segundo ano e ensino secundário/profissional no dia dezoito de Maio, que procederam à desinfeção dos espaços da Escola Secundária, para além dos funcionários do município afetos à escola, na preparação dos edifícios e das salas de aula.-----

----Nos termos do artigo 52.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente deu seguidamente a palavra aos Senhores Vereadores para tratamento de assuntos gerais da autarquia.-----

-Interveio a Vereadora Sónia Sanfona, que cumprimentou os presentes na reunião, e começou por se congratular com a situação que o município tem vivido no que respeita à pandemia, não só em relação às autoridades, começando pelo município mas também e sobretudo à população pela capacidade e pela forma como tem interiorizado as indicações da própria DGS e de outras entidades, sejam de saúde ou não. Afirmou que desde o primeiro momento os alpiarcenses têm tido um comportamento responsável e que deram um sinal que não só levaram a sério o que se estava a passar mas também foram extremamente responsáveis, na sua grande maioria, pela forma como agiram durante este período. Realçou que esta atitude tem o reflexo que o Presidente referiu na sua intervenção, que acha que é extremamente positivo, comparado com outros





concelhos similares em termos demográficos, ao nosso. Registou que esse resultado está espelhado no que disse o Presidente, que os casos não são de transmissão intra-comunitária, mas algumas pessoas têm de trabalhar fora do concelho e estando em contacto com outras correm risco de contágio. Referiu que em termos genéricos as pessoas têm tido um comportamento responsável, o que tem ajudado muito que não se vissem cá imagens como se viram em Itália ou Espanha, pelo menos até agora. Acha que o desconfinamento tem de ser feito com muita cautela, de forma a que não se deem passos atrás. Em relação às IPSS do concelho, é da opinião que do ponto de vista da coordenação e da cooperação com as entidades, sobretudo com a Segurança Social e com a Autarquia, têm ambas conseguido manter uma situação estável de segurança para todos os idosos e trabalhadores, merecendo uma palavra de apreço pelo esforço e pela competência com que as coisas têm sido tratadas nas duas instituições. Realçou que há um conjunto de medidas tomadas pela autarquia, que os Vereadores do Partido Socialista apoiaram e com as quais estão solidários, considerando que foi extremamente importante a reação da autarquia a esta situação, fator fundamental para se viver a atual realidade. Referiu de seguida que nos últimos dias tem havido um conjunto de queixas relativamente à qualidade da água fornecida nas habitações e perguntou qual é a situação, o que se está a passar e se há perspetivas de ser resolvida, dado que com a aproximação do calor a água é cada vez mais essencial. Afirmou que todos nós pagamos por um serviço e que esse serviço deve ser de qualidade. Em relação à obra do Mercado lembrou que haviam umas pequenas situações que estavam pendentes, uma delas tinha a ver com a parte elétrica que exigia uma intervenção por parte da EDP e pretende saber se a obra já está concluída, se já foi feita a vistoria e se está prevista alguma data para a receção da mesma. Ainda sobre a obra do Mercado afirmou que foi notícia nos órgãos de comunicação regional e local, a informação de que Alpiarça fará uma intervenção no centro Cívico, como nunca foi feita até agora, e que terá início no Mercado e se alongará até ao largo ao lado da Igreja. Disse que ficou surpreendida, porque se se vai realizar uma grande operação urbanística no Centro Cívico os Vereadores do Partido Socialista não têm qualquer conhecimento, e perguntou quando se vai fazer e com que recursos, se a candidaturas comunitárias e se há projeto. Questionou se as obras do Bar da Barragem estão prontas e para quando está prevista a sua abertura, considerando que nesta altura isso começa-se a justificar, mesmo dentro dos constrangimentos que estão colocados a este



tipo de atividade económica mas, ainda assim seria importante, dado o número de pessoas que afluem à zona da barragem. Colocou uma questão que tem a ver com as obras do Parque do Carril, quer na Vala de Alpiarça, quer no espaço cuja concessão estava prevista, que da forma como foi lançada não houve propostas e presume que continuará nos mesmos moldes que está a funcionar agora, pretendendo saber se assim será e perguntou se se vai concluir a limpeza da Vala. Relativamente à barragem salientou que com a entrada no período do verão se vai voltar a ter os problemas de falta de água e provavelmente poderá voltar o cenário de peixes mortos e se até agora não se conseguiu fazer uma intervenção de fundo, os problemas vão continuar a aparecer. Pretende saber se houve alguma evolução nos contactos que estavam a ser feitos com o Ministério do Ambiente e se se perspectiva, nesta matéria, alguma evolução. Entende que retomar a atividade económica para um concelho pouco industrializado como o nosso, vai ser preciso que o município tenha a capacidade de priorizar as intervenções que faz de forma a garantir que são essas que, em primeiro lugar, dão algum retorno. Fez uma referência à praia do Patacão, muito procurada nos últimos dias e que algumas das ofertas são extremamente importantes para a captação de gente para vir ao nosso concelho. Afirmou que ao longo dos anos, tem havido um conjunto de propostas para aproveitamento do espaço do Patacão, para tirar partido do que é a nossa riqueza natural, todos concordando que é uma forma de trazer pessoas ao concelho e com isso ajudar a economia local e questionou o que se está disponível para fazer quanto a isso, com condições de não se destruir o ambiente natural.-----

-Interveio de seguida o Vereador António Moreira, que começou por cumprimentar todos os presentes na reunião. Disse que, em relação à questão do covid, constata que as pessoas não demonstram medo mas sim respeito. Admitiu que a situação em Alpiarça tem estado controlada, sem casos com origem no concelho, registando a forma de estar das pessoas de Alpiarça, com um grande sentido de responsabilidade. Referiu uma questão relacionada com as Águas do Ribatejo, que já abordou em reuniões de Câmara anteriores, não tendo obtido qualquer resposta. Deu nota que apresentou duas queixas nas AR como cidadão e uma outra na qualidade de Vereador, não obtendo também qualquer resposta. Disse que há vários meses que tem a água castanha na sua habitação, bem como todas as pessoas da sua zona e de outras zonas do concelho. Entende que a Câmara Municipal, que tem assento nos órgãos das AR, deve interceder junto da empresa para



tomar medidas ou dizer o que se passa. De seguida falou nos polidesportivos dos lugares, dizendo que há sete anos que anda a dizer que aqueles espaços não têm as condições mínimas. Lembrou que foi dito pelo Vereador que o problema ia ser resolvido brevemente, com colocação de aparelhos. Fez uma referência à cura das ervas, trabalho que considera louvável, mas acha que este trabalho não deve ser feito por um só empregado e que a cura nas proximidades de quintais deve ser feita com uma placa de proteção, o que não é possível só com uma pessoa. Em relação a uma notícia do jornal “O Mirante”, referida pela Vereadora Sónia Sanfona sobre as obras no centro cívico, disse que também ficou confuso. Afirmou que não conhece nenhum projeto e que é caso para dizer, “sem comentários”.-----

- O Presidente respondeu às questões colocadas. Em relação à intervenção da Vereadora Sónia Sanfona, registou a atitude de colaboração e de envolvimento dos Vereadores do Partido Socialista neste processo, sendo parte importante no resultado positivo que se regista até ao momento. Salientou que houve desde a primeira hora a preocupação de todos em darem o seu melhor para abordar uma situação imponderável, imprevisível, que nunca se tinha registado, trabalho que foi feito da melhor forma possível, em favor da população. Transmitiu que também concorda com as referências feitas ao papel das IPSS do Concelho, nomeadamente da Fundação José Relvas e da Arpica, dos seus dirigentes, trabalhadores e utentes, que têm tido uma ação extraordinária, tratando-se de uma população de maior risco. Declarou que tem havido da parte das instituições uma resposta muito positiva, assim como da generalidade da população. Lembrou no entanto que há situações de exceção, às quais lhes é dado um destaque que não se justifica, Recordou que houve alguns acontecimentos, que embora legítimos e naturais, foram objeto de ataques absurdos, tendo em conta a generalidade com que foram realizados. Considerou que agora entrou-se noutra fase e que os sinais têm de ser dados, seguindo a linha de intervenção dos órgãos de soberania, com o Governo na primeira linha, mas também do Presidente da República e do Parlamento, que no fundo puxam por esta situação, ao nível do exemplo, relativamente aos quais existe alguma confiança na população, sobretudo nas questões sanitárias. Relativamente às questões da água, confirmou que o Vereador António Moreira já trouxe essa situação a reunião de Câmara. O Presidente disse que enquanto utente e consumidor das Águas do Ribatejo não tem tido esse registo, como haverão outros locais onde não se registou essa situação; mas assim que





teve conhecimento, houve de imediato o contacto com as AR para procurar ver o que se passava e foi recebida uma resposta com a explicação do que se terá passado, em relação à cor da água. A explicação vai no sentido de um excesso do elemento ferro na água. O Vereador António Moreira disse que não é ferro mas sim barro. O Presidente retorquiu dizendo que foram enviadas fotos para as AR e que isso poderá ter a ver com a canalização num determinado sítio. Informou que as análises da água que as AR apresentam apontam para a qualidade da água, em Alpiarça e nos outros concelhos da área de intervenção da empresa, com os vários parâmetros próximos dos cem por cento em termos de qualidade. Reconheceu que há queixas pontuais em todos os concelhos, não podendo ser desvalorizadas e que devem chegar aos locais próprios. O Presidente leu de seguida a explicação das AR para a coloração da água. Nesta resposta é dito que se tratou de um repentino aumento de consumo de água, que obrigou a ajustes no seu processo de tratamento. Como não foi parada a produção de água para evitar falhas no abastecimento, houve alguma água com excesso do elemento ferro na rede. Tratou-se de uma situação pontual que, apesar de alterar o aspeto da água, não coloca em causa a saúde pública. O Presidente sugeriu que quando houver algum caso, se faça de imediato o contacto com as AR, preferencialmente, ou com a Câmara Municipal, que fará o respetivo reencaminhamento e acompanhará a reclamação que for feita. Salientou que o que interessa a todos é que a população seja o melhor servida possível, por todas as razões, e que situações deste tipo, que se registam em todo lado, devem ser corrigidas. Acrescentou que da parte da Câmara, qualquer munícipe que tenha razões de queixa, terá o apoio da autarquia na procura das soluções. Em relação à notícia que surgiu sobre a requalificação do centro Cívico, disse que o que foi publicado foi no seu facebook pessoal, onde colocou um texto e algumas fotografias, e não em qualquer publicação oficial da Câmara Municipal. A Vereadora Sónia Sanfona disse que se referiu a uma notícia que saiu no “Mirante”. O Presidente declarou que não viu a notícia no “Mirante” e que, provavelmente, o jornal foi buscar a notícia ao seu facebook. Considerou que qualquer notícia que saísse da Câmara Municipal teria de ser depois de uma discussão e de avaliação dos elementos do executivo. O Presidente sublinhou que não há nada de completamente novo na notícia, tratando-se de uma situação que já foi falada várias vezes, que é a segunda fase da obra de requalificação e adaptação do Mercado Municipal e todos os vereadores conhecem que a maioria pretende candidatar a financiamento uma nova fase que envolve as





galerias do Mercado e se estende à zona envolvente. Pretende-se aproveitar a eventual disponibilidade de verbas, havendo uma parte que já está destinada, e uma nova perspetiva de reforço dessa verba, para estender a intervenção à área envolvente ao Mercado, da antiga “Música”, da Pensão Renatão e da loja do “Tavares”, junto à Estrada Nacional, todo espaço onde é feita a feira semanal até à igreja. Mencionou que as questões concretas do projeto terão de passar pela Câmara, onde serão discutidas. Lembrou que nestas matérias o tempo nunca é muito, devido à pressão dos prazos para apresentação de candidaturas, mas que virá a reunião um pré projeto e depois será aprovado o projeto final e dar andamento à candidatura e à intervenção. Recordou que numa primeira fase de reafetação de verbas, cabia ao Município cerca de trezentos mil euros para o PARU para a segunda fase do Mercado e agora há a perspetiva de um ligeiro reforço, que ainda não se sabe o montante, neste processo de reprogramação do quadro comunitário do Portugal 2020. Está-se a procurar aproveitar essa situação. A questão do Patacão foi uma outra situação que colocou no seu facebook e que já provocou uma onda de opiniões. Considerou que o Tejo e a praia do Patacão têm enormes potencialidades, sendo conhecida a intenção das várias maiorias que geriram a Câmara Municipal de intervir no Patacão, e até agora isso não foi ainda possível de concretizar, mas acha que esta é uma expectativa dos alpiarçenses, que mais cedo ou mais tarde terá de ser concretizada, por tudo o que representa; do ponto de vista do interesse turístico, em primeiro lugar, mas também de memória histórica. Reiterou no entanto que uma futura intervenção no Patacão coloca uma série de dificuldades que é preciso ter em conta. Salientou que nos programas eleitorais tem havido sempre a presença do Patacão e da reabilitação e da intervenção nas casas, mas também ao nível da própria praia, que não precisando de grande intervenção, tem um conjunto de regras para poder funcionar como praia fluvial. Esse é um problema objetivo que não é fácil de ultrapassar, sobretudo pela qualidade da água, elemento determinante numa praia fluvial. Relativamente à reabilitação das casas palafíticas, dos pescadores, colocam-se também alguns problemas, por estarem em leito de cheia e em área da responsabilidade da APA, por estarem edificadas em terrenos privados, que não são propriedade de quem construiu as casas. Realçou que há um conjunto de outras dificuldades, ao nível do saneamento e do próprio financiamento da operação, mas que, apesar disso, continua a ter um grande potencial. Relativamente à Barragem dos Patudos esclareceu que nesta fase não houve



mais contactos, mas disse que está a ser preparada uma candidatura no âmbito da prioridade seis ponto três, do património natural e cultural, para a valorização da Barragem dos Patudos, com a construção de um conjunto de equipamentos, sobretudo em madeira, que engloba também a construção de um edifício.-----

-Intervenção de seguida o Vereador Carlos Jorge Pereira, que cumprimentou os presentes e respondeu a algumas questões. Relativamente à obra do mercado transmitiu que ainda não foi feita a vistoria nem a entrega da obra, porque como já havia referido, esta está dependente da ligação da energia por parte da EDP, cuja ligação não será feita antes de doze de Junho. Esclareceu que foi feita alguma pressão para que a energia fosse ligada antes dessa data, uma vez que era intenção da Autarquia abrir o Mercado Municipal na mesma altura do Mercado Semanal. Sobre a limpeza da vala, confirmou que esta continua, agora com mais máquinas, mas o prazo vai ter de ser prorrogado, devido à situação da pandemia. Em relação à Barragem e à qualidade da água disse que houve marcações de reuniões para as quais ainda não houve resposta, continuando o objetivo de apresentar uma candidatura para melhorar a qualidade da água, muito embora as últimas análises dão a informação que não existem problemas e a própria cor está bastante melhor. No que diz respeito aos polidesportivos, confirmou que tinha dito que as obras se iriam iniciar no Frade de Baixo e que só não se iniciaram porque os materiais ainda não chegaram, devido à situação que tem acontecido e que se mantém, que afetou o trabalho da Câmara e das empresas. Mencionou que assim que os materiais chegarem as obras serão iniciadas, começando pelo Frade de Baixo. Sobre a questão da cura, disse que já falou com o encarregado, no sentido de não andar uma pessoa sozinha a curar. No entanto afirmou que a pessoa que tem andado a curar sozinha é uma pessoa bastante responsável naquilo que faz. De qualquer forma vai verificar o que se passa e analisar a situação. Em relação ao regulamento, admitiu que era para estar presente nesta reunião, mas o Gabinete Jurídico não o conseguiu terminar atempadamente; está em fase de finalização mas, como se compreende, não é fácil elaborar um documento como aquele, com tanta matéria jurídica a analisar e a rever.-----

-O Presidente deu a palavra ao Vereador João Pedro Arraiolos, que cumprimentou os presentes. Começou por anunciar que, desde que se reiniciaram as aulas presenciais no ensino secundário, foram retomados os transportes públicos que já existiam, mas como há alguns desfasamentos de

horários, a Câmara tem estado a assumir o transporte dos alunos cuja entrada ou saída não coincidem com os horários dos autocarros, mesmo com os alunos de fora do Concelho. Quanto à abertura do Bar da Barragem, informou que a pessoa que ganhou o concurso tem estado em contacto com a Câmara e, estando em condições de ter aberto a dezanove ou vinte de Março, todo este período veio condicionar essa abertura, e a intenção será agora abrir a um de Junho, estando tudo acertado para esse efeito. Foi também referida a questão do Parque do Carril, que confirmou que a primeira parte ficou deserta, mas numa segunda fase, veio a este órgão a concessão, por ter ficado deserto, por dois anos para o concessionário atual, sendo essa a situação que se verifica, cuja concessão foi aprovada em reunião de Câmara, por dois anos e renovável anualmente.-----

-A Vereadora Sónia Sanfona mostrou satisfação pela concessão dos espaços, achando que era importante que estes estivessem a funcionar, sabendo-se que o da Barragem estava resolvido, mas sobretudo o espaço do Carril, que é um dos melhores espaços que existem no concelho e ficou satisfeita que a situação tenha sido ultrapassada e por se ter resolvido. Disse que quando colocou a questão do possível investimento ou da forma como o Município deveria encarar a questão do Patacão, tinha consciência das inúmeras dificuldades para o município de investir numa zona que é leito de cheia, mesmo sendo possível, mas é caro e complexo, obedecendo a uma série de burocracias que estão ali envolvidas, para além da questão da poluição. Entende no entanto que há algumas coisas que o município pode fazer desde já, salientando que deve ser preservada a componente natural de todo aquele espaço. Existem por esse mundo fora praias que são quase selvagens e que têm muita afluência de pessoas, mesmo não tendo nas suas imediações infraestruturas de apoio mas com acessos razoáveis, com zonas de estacionamento e alguma infraestrutura sanitária. Reconheceu que o que seria desejável era a recuperação de todas as casas palafíticas, de ter ali eventualmente um hostel ou uma estrutura de apoio, era ter um espaço de restauração, era ter um passadiço para o leito do rio, situações que já foram ponderadas por todos.

-O Presidente disse que essa matéria já mereceu alguma discussão e que já foi feita a limpeza do espaço, sobretudo o corte das ervas, para permitir zonas de estacionamento naquele local. A questão dos sanitários pode ser equacionada, se bem que exista um problema, que tem a ver com questões de segurança, sobretudo devido à distância da parte urbana da vila. Referiu que há praias fluviais que estão mais integradas no ambiente urbano, com uma distância relativa dos centros das



vilas, o que não acontece no caso do Patacão. Nestes casos colocam-se situações de segurança, questões que devem ser ponderadas, mas mesmo assim devem ser dados alguns passos para melhorar aquele espaço.-----  
-----

**Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:**-----  
-----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

**Ponto 01** – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata nº 08/2020 – reunião realizada no dia 06/05/2020.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação:**-----

-A vereadora Sónia Sanfona afirmou que não teve tempo de ler a ata e que, se não houver inconveniente, propõe que a mesma seja discutida e votada na próxima reunião.-----

-O Presidente disse que as atas são aprovadas em minuta e que não há qualquer inconveniente, pelo que a ata será discutida e votada na próxima reunião.-----  
-----

**Ponto 02** – Proposta – Protocolo de Cooperação entre o Município de Alpiarça e a Associação Cultural, Desportiva e de Beneficência dos Bombeiros de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:**-----

-O vereador Carlos Jorge Pereira fez a apresentação do Protocolo, que tem a ver com uma solicitação do Comando dos Bombeiros Municipais no sentido de fornecimento de refeições no período de quinze de Maio a quinze de Outubro, a exemplo de anos anteriores, uma vez que o Corpo de Bombeiros integra o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais, optando-se este ano por o fazer através de um protocolo. O Vereador fez a leitura do Protocolo.-----

-Não havendo questões a colocar, o Presidente colocou o Protocolo à votação, que foi aprovado por unanimidade, nos termos e fundamentos da proposta apresentada.-----  
-----



**Ponto 03** – Proposta – Prorrogação do prazo das medidas aprovadas pelo Despacho Nº 2287, aprovado na Reunião de Câmara de 17 de Abril de 2020.-----

Município de Alpiarça-----

**Para Deliberação:**-----

-O Presidente esclareceu que se trata de prolongar todas as medidas aprovadas pelo Despacho Nº 2287, ratificado na Reunião de Câmara de 17 de Abril de 2020, de isenções e de apoio à atividade económica do Concelho, situação que acaba por cruzar com o Ponto quatro da OT desta reunião, que é a proposta apresentada pela Vereadora Sónia Sanfona e pelo Vereador António Moreira. Referiu que há um aspeto comum, que é a parte das isenções. Disse que, conforme descrito no despacho que o Presidente da Câmara proferiu, as medidas foram aprovadas por um período de sessenta dias, sem prejuízo de vir a ser prorrogado o prazo das mesmas, de acordo com a avaliação da situação do momento. Como disse, as isenções propostas pelo Partido Socialista, continuam as medidas constantes no despacho, à exceção de um aspeto que tem a ver com as rendas para as habitações do Município, que não constam na proposta do Partido Socialista e que fazem parte do despacho referido, mas que o Presidente acha que não devem manter-se, da forma como estavam. Outro aspeto que não é coincidente nas duas propostas é o prazo; a Proposta do Presidente aponta para a prorrogação do prazo por mais sessenta dias e a Proposta do Partido Socialista aponta para um prazo até ao final do ano. O Presidente propôs que, ao aprovar-se a prorrogação do despacho, passasse a vigorar o prazo de sessenta dias, que teria de ser avaliado no final do mesmo. No caso das rendas de habitação, devem ser separados os casos das pessoas que tiveram perdas de rendimento das que não tiveram e que a isenção seja aplicada apenas na primeira situação.-----

-A Vereadora Sónia Sanfona entende também que esta questão em concreto deve ter uma abordagem diferente, considerando que há diferenças no impacto que a pandemia teve na situação económica nalgumas dessas famílias, algumas com perda de rendimento e que se justificaria manter a medida e haverá outras em que isso não aconteceu. A Vereadora não vê inconveniente nenhum em que se mantenha a isenção, depois de avaliadas as circunstâncias.-----

-O Presidente declarou que para este efeito devia ser feito um requerimento por parte das famílias, que demonstrasse a perda de rendimento. Deu ainda nota de um trabalho que se está a



realizar, de contacto com os vários agentes económicos nas mais diversas áreas, onde se identificam situações de perdas de rendimento e de faturação, mas também há um conjunto de situações, mesmo no pequeno comércio, que não foram tão penalizadas. Estes contactos servirão também para munir a Autarquia de dados mais concretos sobre a evolução do impacto da pandemia, e ir acompanhando a situação, para definir medidas consoante as necessidades.-----

-O Vereador Carlos Jorge Pereira lembrou que estes contactos também foram feitos no início da pandemia com várias empresas, sobretudo com as que ficaram a laborar.-----

-De seguida o Presidente colocou o Ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade prorrogar o prazo, por 60 dias, das medidas aprovadas pelo Despacho Nº 2287 de 23/03/2020, ratificado na Reunião de Câmara de 17 de Abril de 2020. Em relação à isenção das rendas de habitação foi deliberado que esta se faça com a apresentação de requerimento que comprove a quebra de rendimentos.-----

**Ponto 04 – Proposta – Medidas de Apoio à Atividade Comercial.**-----

Município de Alpiarça-----

Vereadores do Partido Socialista-----

Para Deliberação:-----

-A Vereadora Sónia Sanfona fez a apresentação do Ponto. Começou por agradecer a sua inclusão na Ordem de Trabalhos, por sua solicitação, porque considera que é importante que possam contribuir para a agenda que o Município vai tendo, nas discussões que coloca nas reuniões de Câmara. Disse que os Vereadores do Partido Socialista têm cooperado, de uma forma mais informal, mas que têm sido solidários com um conjunto de medidas que têm vindo a ser implementadas, porque consideraram que elas eram não só importantes, mas também necessárias para a condução destes tempos difíceis. Posto o novo desafio que é a retoma da atividade económica e de alguma normalidade, que não será aquela a que estávamos habituados, todos conhecem as dificuldades, considerando que somos um concelho pequeno e rural, o que pode até ser um aspeto positivo, mas com alguma dificuldade de por a economia a funcionar de uma forma plena. Essa dificuldade já se sentia em tempos de normalidade e naturalmente vai ser acrescida, nestes tempos em que as exigências são muitas. Referiu que os empresários e os comerciantes e



quem tem algum espaço aberto ao público, tiveram de tomar um conjunto de medidas e adquirir equipamentos, de proteção individual e outros, tiveram de alterar a sua forma de funcionamento, sendo os restaurantes um exemplo disso. Existem outros que não o conseguiram fazer e que dificilmente o irão fazer, nas condições que estão agora a ser colocadas em termos de exigências. Por estas razões e não obstante ter havido uma política de incentivos aprovada a nível nacional pelo Governo, entende que tem de ser a autarquia a dar um sinal com alguns apoios e com algumas medidas para ajudar as pessoas a retomar a sua atividade e para que o concelho, a nível económico possa crescer e se possa desenvolver. Afirmou que, no seguimento do apoio que tem sido dado pelas autarquias às populações, surge agora uma nova fase em que é necessário e fundamental o município publicitar a atividade económica e desenvolver um plano de marketing, através dos serviços municipais e das suas próprias estruturas. O Plano tem por objetivo promover e divulgar a oferta comercial do concelho, o que poderá ser feito através de outdoors ou de flyers, ou através das rádios, da comunicação social escrita e das redes sociais. Estando-se a falar da oferta comercial, pode-se aliar a isso aquilo que são as nossas atrações, para as pessoas ganharem confiança e voltarem, quando estiverem as piscinas a funcionar ou quando houver alguma atividade na Barragem, por exemplo. A Proposta que apresentam neste sentido deve ser articulada com os comerciantes, com o setor, devendo ser estabelecido um diálogo no sentido de eles próprios terem a capacidade de criarem entre si uma estrutura que lhes permita ter alguma capacidade de interlocução com o município nestas questões, e de defender os seus interesses naquilo que é comum, ou de serem incentivados a associarem-se a Associações de Comerciantes. Sublinhou que a proposta que agora apresentam, vai também no sentido da renovação da proposta já aprovada em reunião de Câmara e apresentada pelo Presidente, de isenções, considerando que este é um contributo financeiro importante. Como a sua proposta aponta para isenções até ao final do ano, admitiu que, dada a discussão feita no ponto anterior, se possa fazer faseadamente e ir reavaliando a situação, considerando que é uma solução justa.-----

-O Presidente mencionou que esta é a forma correta de trabalhar, apresentando propostas e ideias, de boa fé, para que possam ser discutidas, situação que em momentos anteriores não acontecia, em que muitas vezes as propostas e as ideias eram demagógicas e até provocatórias. Deu nota da sua satisfação por discutir propostas que são construtivas.-----



-O Vereador Carlos Jorge Pereira disse que concorda com grande parte das propostas. Tinha uma dúvida em relação ao plano, que ficou esclarecida com a intervenção da Vereadora Sónia Sanfona, que vai ao encontro daquilo que achava que devia ser feito em relação aos custos da medida. Quanto à questão da divulgação da oferta, anunciou que já saíram dois vídeos com bastante qualidade, um referente à Casa dos Patudos, outro referente ao património cultural, natural e gastronómico. Este último vídeo já teve um alcance de dezoito mil setecentas e treze pessoas. Transmitiu ainda que já foram estabelecidos contactos com órgãos de informação para divulgação dos vídeos e que estão a ser recolhidas imagens e informações para produção de outros vídeos, nomeadamente sobre o comércio local, o onde dormir, os bares e as esplanadas, os vinhos e as adegas, chegando ao mês de Junho com o Melão de Alpiarça, uma vez que tudo leva a crer que não haverá Festival do Melão. Realçou que a receção dos comerciantes tem sido muito positiva, tendo havido alguns cuidados na realização dos vídeos. Acrescentou que se começou pela restauração, porque este foi o ramo que acabou por sentir mais os efeitos da pandemia. Em relação aos comerciantes, deu nota que a Câmara reuniu com uma Associação, que é a Associação Comercial, Empresarial e Serviços, que comporta os comerciantes de Santarém, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo e Chamusca e nessa discussão o que foi apresentado foi a comparticipação do Município de uma verba para dar formação aos comerciantes para vendas on-line. Foi considerado que a verba a despender numa situação desse tipo, seria preferível usá-la de outra forma, que é o que se vai fazer.-----

-O Vereador João Pedro Arraiolos acrescentou que do que foi possível apurar da medida que foi prorrogada no ponto anterior, nos primeiros sessenta dias houve um impacto financeiro na ordem dos onze mil euros, o que significa que no seu total a medida terá um impacto de cerca de cinco mil e quinhentos euros por mês. Considerou que estar a aprovar uma medida deste tipo até ao final do ano, teria um impacto muito mais decisivo, o que obrigaria a alguma ponderação em termos da decisão, porque existe um acréscimo da despesa em relação ao que estava previsto, obrigando a algum acompanhamento da situação. Referiu que já foi falado em reuniões anteriores na questão da despesa, mas a questão da receita que foi cobrada a menos também deve fazer parte da inventariação de toda esta situação.-----







-O Presidente disse que esta proposta é interessante e vai ao encontro de algumas coisas que já estão a ser feitas, outras que poderão vir a ser concretizadas. No que diz respeito à divulgação acha que esta terá de envolver meios para além dos do Município, sobretudo a imprensa local e regional e de publicidade de materiais do Município.-----

-O Presidente colocou a proposta à votação, que foi aprovada por unanimidade, com exceção do prazo, que vigorará por um período de sessenta dias.-----

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE**-----

Não houve intervenções do público.-----

### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

---Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram dezassete horas e trinta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara Municipal

---

Mário Fernando A. Pereira

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

---

Celestino Tomás Pereira Brasileiro

No uso de competência e poderes delegados/subdelegados por Despacho n.º XX/XXXX, datado de XX de XXXX de XXXX.  
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.  
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição

